

A semiose de gênero e imigração nas redes sociais

Fernando R. Contreras

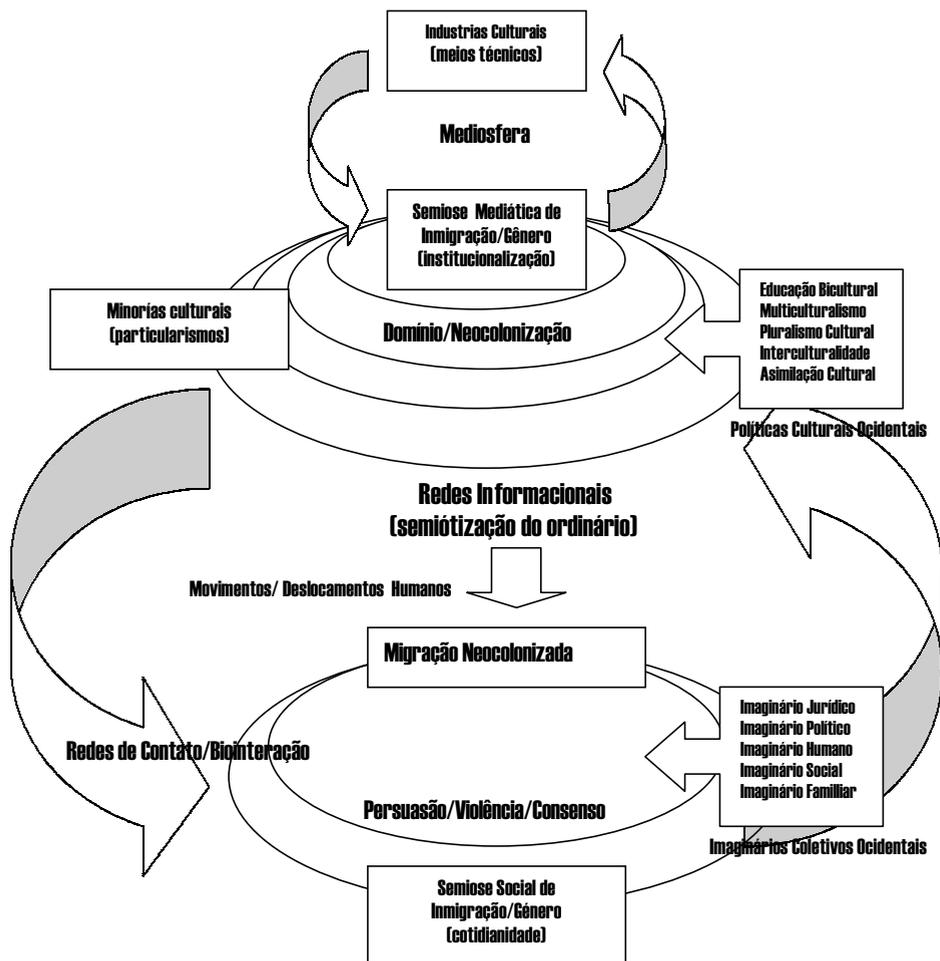
As redes informacionais estruturam a realidade comunicativa com os seus próprios vínculos do mesmo jeito que os elementos antropológicos constroem vínculos étnicos (que costumam ser o daqueles, os quais têm um passado compartilhado como a linguagem, comida, roupa, relatos ou mitos, deuses, lugares e objetos sagrados) num grupo. Nessas redes sociais, caracterizadas pela associação simbiótica do intercâmbio de informação, surgem novas estruturas vinculadoras pelas quais circulam os signos de gênero. A semiose social em rede permite compreender as desterritorializações pós-coloniais as quais questionam as categorias e epistemologias que têm reconhecido a narrativa ocidental da interculturalidade como um projeto para humanizar a Nova História Universal. As administrações políticas européias e redes intelectuais urbanas respaldam um projeto teórico de interculturalidade que não possui estatuto científico, e enuncia-se como uma nova doutrina ocidental da solidariedade.

As novas representações de gênero também têm suas ramificações no fenômeno da migração humana a partir de enfoques interculturais colonizadores, já que se trata de uma política que deseja dominar os interesses das diferentes culturas mediante categorias universais que relativizam os valores tradicionais das culturas enfrentadas na convivência. A interculturalidade arrasta de novo a lógica do patriarcado se contemplado desde a epistemologia feminista (a verdade só pode ser uma); não são postulados que resolvam as desigualdades entre homem e mulher, de fato, não é sequer o objeto principal deles. A educação intercultural ocidental basicamente não respeita a alteridade sem mexer na essência da diferença e sem alterar os princípios básicos éticos no terreno da nossa filosofia e de acordo com nossa economia de sacrifício. A ocidentalização exige em seus territórios sujeitos a seus marcos jurídicos, às suas políticas e à sua herança tradicional a adequação do imigrante, não tanto no espaço que lhe é próprio ou na sua geografia política, mas a partir da globalização que permite os signos nas redes.

Desde as redes midiáticas ou redes informacionais, os imigrantes são remodelados mediante a semiose ocidental. Com esta preparação e instrução midiática das novas representações da realidade (ou do novo conhecimento

mediático que lhes aproxima da interpretação ocidental da realidade), o Estado-nação, suas instituições e intelectuais são capazes de ativar o programa da interculturalidade. O estudo de gênero na migração mostra como esta transformação intercultural do imigrante começa na formação de uma nova imagem do homem/mulher na mediosfera global. Uma *mediosfera* com mediadores que dominam e hegemonizam discursos, mas sem nenhuma intenção que respalde outros discursos com esquemas ontológicos-epistemológicos capazes de respeitar a existência da diferença. A interculturalidade é a resposta civilizada a uma situação que sempre será conflituosa e que pode reduzir-se ao choque de comunidades interpretantes e à sua convivência; isto é, ao extremo político da *semiose social ilimitada* e suas conseqüências. Uma epistemologia hegemônica, se bem é capaz de encontrar soluções, não é autocrítica com os próprios postulados colonizadores uma vez que arrasta de novo a supremacia de uma epistemologia ocidental, que presunçosa, oferece uma solução para um *bucle* fechado de culturas dominantes e culturas dominadas; de Estados ocidentais que defendem seus signos de identidade frente à crise pós-moderna produzida por um relativismo que oculta o objetivo e o subjetivo.

O Estado-nação mantém, por intermédio da instrumentalização do intercultural, os seus princípios fundamentais, que garantem a sua sobrevivência como sistema. Neste sentido, as relações de gênero são muito relevantes para as políticas interculturais, pois supõem nas redes midiáticas uma importante vitrine dos valores nos quais as democracias capitalistas baseiam sua legalidade. A igualdade de oportunidade, a igualdade de acesso, a rejeição à discriminação, são as causas que fundamentam uma política intercultural, teoricamente, uma hibridação entre os signos de identidade das culturas dominadas e um exercício de poder das culturas dominantes dos seus princípios superiores e essencialistas. Por essa lógica, homem/mulher aceitará gradualmente sua ocidentalização à medida que há perda daqueles relatos tradicionais que batem com as interpretações do que é um mundo justo desde os princípios das sociedades desenvolvidas. A interculturalidade se desenvolve num idealismo demagógico que não contempla os aspectos pragmáticos da realidade que obstaculizam o projeto; o marco da ilegalidade e legalidade, as tradições do hóspede, os protocolos de sociabilidade, as atribuições de classe, as crenças, os mitos e a literatura que apóia a epistemologia de cada cultura, são os primeiros objetivos da tradução (à ocidental) da interculturalidade. O modelo epistêmico que domina atualmente na pesquisa intercultural dos signos imigração/gênero pode ser representado no seguinte esquema:



O esquema representa os processos de semiose que experimentam o estudo de gênero na imigração. Cabe destacar a relação neocolonizadora desde um nível institucional nas redes informacionais e seu processo de semiótização do ordinário. Além disso, faz-se necessário destacar a escassa vinculação das investigações entre a semiose midiática e suas extensões sobre a semiose social, embora deixemos entrever no gráfico sua conexão sistêmica. Entre outras razões, porque o funcionamento complexo e global das duas semioses da realidade imigração/gênero, forma a sociedade ou o sistema social.

O sistema social é um conjunto de interações que nasce da ordem dos princípios gerativos e da desordem que surge da genoteca, do ecossistema, dos sistemas cerebrais, dos indivíduos e de seus comportamentos aleatórios em entornos coletivos ou isolados. De acordo com Morin, “é um sistema gerativo/fenomenico no

qual não somente a geratividade ordena a fenomenização, mas no qual ela também cria a organização através das desordens e retroage sobre a geratividade” (Morin, 1995:121)

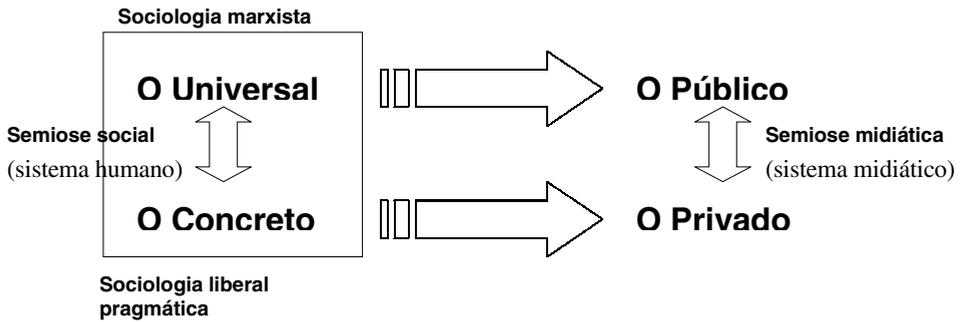
O esquema deve ser entendido como limitado na sua expressão gráfica já que as conexões entre cada elemento foram omitidas para uma exposição mais clara do processo.

O que faremos a seguir é ampliar e completar a hipótese inicial: a formulação de um estudo sistêmico sobre a reciprocidade comunicativa.

A teoria da reciprocidade comunicativa concretiza o conflito entre a auto-afirmação do indivíduo e a universalidade do sujeito. A mídia e as indústrias culturais compensam o vazio da vida cotidiana e a necessidade dos acordos regulamentares para o convívio de uma comunidade. É uma teoria cuja base epistêmica descreve os processos que estabelecem pontes entre os interesses privados e os interesses públicos.

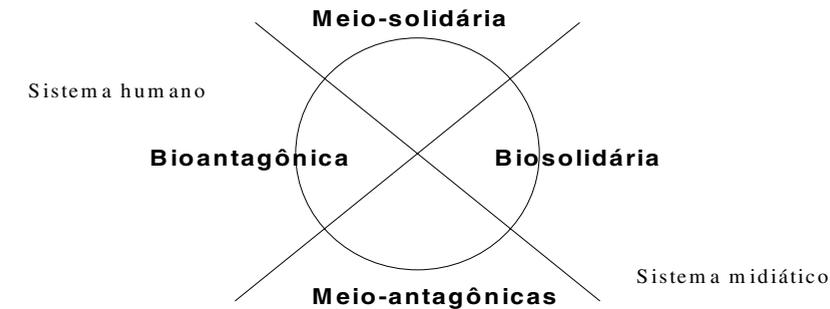
A reciprocidade comunicativa nos estudos de gênero foram denominados de um outro modo por Simone de Beauvoir (2003) mas a circularidade do seu modelo se resume na expressão: “*a mulher se torna mulher sob o olhar do homem; o homem se faz homem sob o olhar da mulher*”. Com isso, de Beauvoir mostrava de que jeito o sexuado humano se descobre numa dialética circular em todos os estados de relação homem/mulher. A reciprocidade comunicativa é um modelo epistêmico que separa o processo midiático do processo de construção intersocial da realidade; sendo que o midiático social interpreta o intersocial como a construção na interação interpessoal dos interesses privados numa comunidade que funciona sob um outro imaginário coletivo (arquétipo, protótipo, estereótipo). Desse modo, o midiático (ou o técnico comunicativo) é um sistema distinto ao que formam as relações que funcionam entre os indivíduos de uma comunidade (jurídicas, sociais, políticas, religiosas, econômicas).

Para entender a reciprocidade comunicativa, é necessário partir da premissa inicial de desvincular a mídia do psiquismo; reafirmar por outra parte, aquilo que já sabíamos faz tempo: as mensagens midiáticas não representam mais os indivíduos, e a opinião pública é uma construção social midiática, independente, autônoma e auto-suficiente da comunidade. Essa situação se radicaliza no fenômeno migratório, devido ao contexto cultural pluralista, e é ainda menos representativa na semiose social que interpreta esse marco no conflito de gênero. A crise surge da retroalimentação errada dos antagonismos os quais originam a degradação do ecossistema social: *O Privado/O Público (sistema midiático)* relaciona-se com as significações *O Universal/O Concreto (sistema humano)* enquanto *O Concreto* se identifica com *O Privado (e íntimo)* e *O Universal* com *O Público*.



Relações erradas da degradação crítica das teorias nos estudos culturais.

“Assim, o concreto intercultural não tem contexto dialético porque pertence ao Privado do ponto de vista de uma perspectiva pragmática e pelo contrário, pode ser debatido a partir de modelos universais de ação reducionista do ponto de vista da perspectiva marxista.” Os processos de significação tradicionalmente funcionam por meio de paradigmas, esferas ou semiesferas (Lotman, Vattimo, Baudrillard, Virilio). A esfera midiática distingue *O Privado* de *O Público*; a esfera social diferencia os conflitos universais (transculturais ou intersociais) dos conflitos concretos (individuais e psíquicos). Nossa tese é que os estudos culturais sobre imigração empregam a semiose em distintos níveis atomizando, especializando, limitando o conhecimento sem perceber sua complexidade epistêmica. A imigração (ou os fenômenos interculturais) a partir das sociologias dominantes ocidentais (marxistas ou liberais) se descontrola quando o fenômeno é fragmentado cegamente em especializações, pela arrogância e pelo obscurantismo dos *experts*. Um imigrante é aceito/marginado pelas condições de vida de um ecossistema que é subdividido em dois subsistemas (humano/midiático) que além do mais estabelece relações teóricas biosolidárias/bioantagônicas ou meio-solidárias/meio-antagônicas.



Perspectivas das teorias sobre imigração e o conflito de gênero.

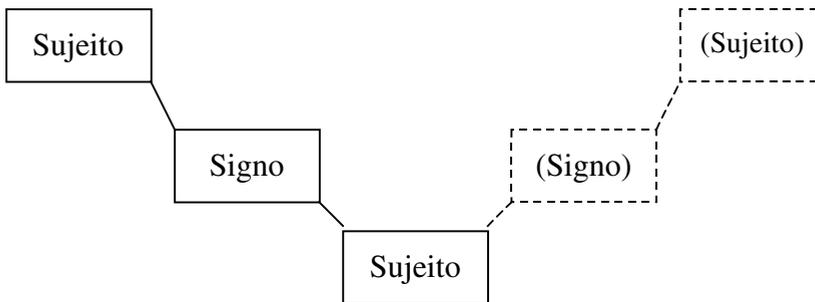
Encaramos a compreensão da imigração e dos seus conflitos culturais (o gênero) a partir das fases que experimentam um pluribucle constituído por ciclos, cadeias, bucles ou minibucles retroativos. Portanto, cada momento de um ciclo constitui ao mesmo tempo o momento de um ou de vários outros. O pluribucle é um *turnover* de entre-destruição e entreengendração mútuas. Os sistemas humanos e midiáticos são fechados e não deve ser destruída a sua disciplinaridade, mas ao mesmo tempo também são abertos e só podem ser entendidos no contexto de outras disciplinas (interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade). “Devemos ecologizar as disciplinas, isto é, levar em consideração tudo que é contextual nelas, compreendendo as condições sociais e culturais, ou seja, ver em que meio nascem, criam problemas, ficam esclerosadas, ou sofrem metamorfoses” (Morim, 1999:159). Para entender a explicação que damos do modelo epistêmico dos estudos de imigração/gênero é imprescindível conceber a semiose como um processo paralelo à hominização. A semiose é resultado do crescimento cerebral e sua atividade ao tempo que gera uma complexidade da sociedade de modo cumulativo e acumulativo. A complexidade da semiose é também o desenvolvimento de uma esfera não inata que é necessário adquirir para a transmissão ao longo das gerações de condutas e saberes: “Aquisições de conhecimentos sobre o entorno e a natureza, técnicas corporais e de fabricação de artefatos, armas, agasalhos, são desenvolvidos e incrementados. As intercomunicações que se desenvolvem provocam a aparição da linguagem de dupla articulação que permitirá, a partir desse momento, a inscrição e transmissão dos conhecimentos, até o infinito” (Morim, 1995:122-123).

Vamos definir aqui, antes de continuar, os termos nos quais interpretamos a semiose: “A consciência sempre é transmitida por signos, que dessa maneira conferem forma, seja para os artefatos culturais, seja para todos e cada um dos pensamentos que penetram na vida social, produção material e prática cultural. A semiose por outra parte é definida, não como sistema, mas como um processo contínuo de significação que orienta a cognição e ação humana” (Bruhn Jensen, 1995:29). Bruhn Jensen reconhece que “a semiose requer uma tipologia devido à diversidade dos signos cuja categoria geral oscila entre a interação da natureza e a humana”. Além disso identifica a existência de outros signos da mídia que considera uma prática semiótica central dos meios culturais contemporâneos, e que nós estamos denominando semiose midiática. A semiose segundo o pragmatismo de Peirce, é uma ação social que permite a representação do mundo por meio dos signos. “A representação não pode ser nem um privilégio nem um fracasso no intento de contemplar a verdade, mas um ato para um propósito em um contexto. Por outra parte, o pragmatismo sustenta que os signos, tanto se tratando de representações quanto de outras formas comunicativas, podem

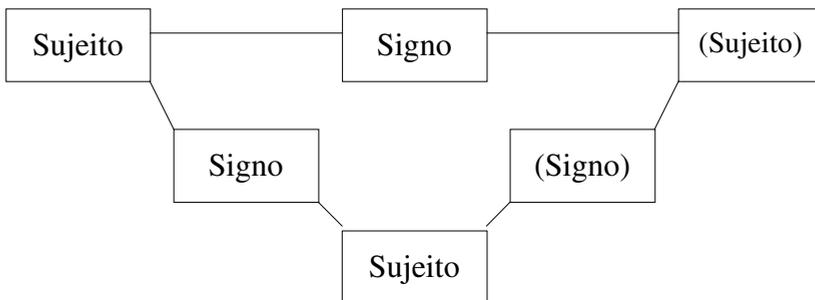
produzir uma predisposição para atuar. Os signos apresentam cursos de ação potenciais” (1995:29). O pragmatismo introduz ademais dos termos semiose e ação, a diferença como a relação entre a semiose subjetiva e a prática social objetiva. Por isso, na atividade humana (semiose humana) e na atividade midiática (semiose midiática), o significado é uma diferença que estabelece diferença.

Para Rorty, a recontextualização é um processo de significação. Segundo ele, a semiose concede significados às outras pessoas, aos acontecimentos, aos fenômenos ou as ocorrências cotidianas e às estruturas sociais. Esses são os processos, segundo Bruhn Jensen (1995:87), e contemplam quatro formas de ação e semiose:

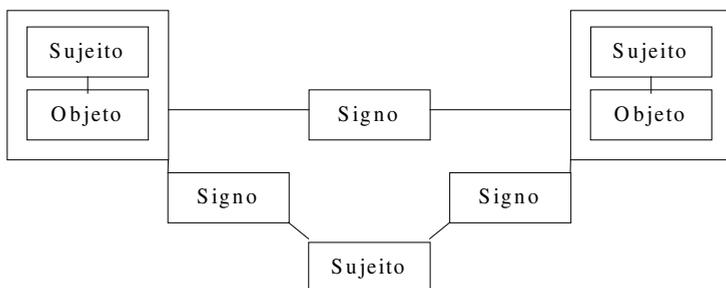
1. A cognição: O sujeito de interpretação é tomado como interpretante que se aproxima do objeto por meio do signo (e talvez possa intervir um outro sujeito).



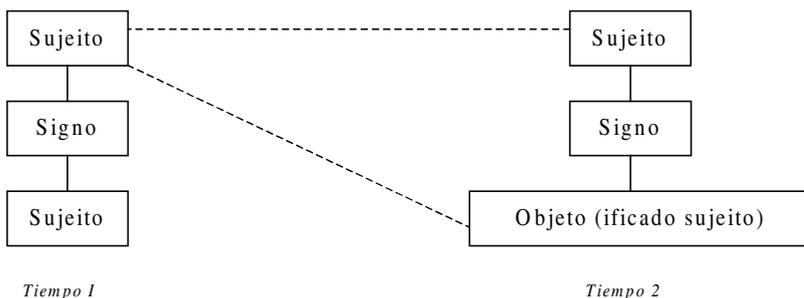
2. A comunicação: São requeridos dos sujeitos para estabelecermos um processo de semiose social. Submetemos a consenso o estado dos diferentes signos e alcançamos um grau de intersubjetividade (científico ou público/institucional ou ordinário/oficial ou extra-oficial)



3. A interação: Em semiose, distintos sujeitos sociais podem se redefinir mutuamente.



4. A reflexividade. Em semiose, distintos sujeitos sociais podem se redefinir mutuamente. Concreta o que eu posso fazer em determinado contexto. Permite a compreensão nas transições entre a consciência discursiva, a consciência prática e o inconsciente.



Além disso Bruhn Jensen (1995:88) tipifica em quatro modelos a semiose social devido ao grau de completitude para poderem ser acessíveis à investigação empírica.⁴

| | |
|--------------|-------------------|
| Determinista | Gerativo |
| Estocásticos | Não deterministas |

Frente a estes modelos de semiose social, conclui com modelos teóricos e metodologias científicas que apresentam distintos enfoques epistemológicos. Segundo Bruhn Jensen, em numerosos estudos sobre cultura e comunicação (entre os quais incluímos o conflito do gênero na imigração), continua dominando o modelo não determinista que trabalha o significado por meio do trabalho interpretativo e criativo do analista. No entanto, o modelo estocástico

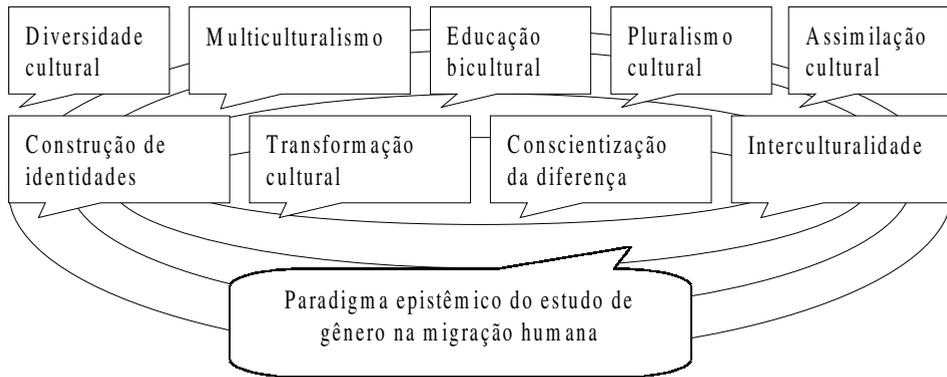
relaciona a representação midiática dos acontecimentos nos conteúdos dos meios massivos. Ou seja, que partindo da estimativa da sociedade como uma estrutura objetiva que condiciona a experiência e a ação humana, é capaz de identificar os agentes ou instituições sociais no tempo e no espaço e submetê-los à análise. Finalmente, os modelos gerativos estão apoiando as investigações das práticas sociais que articulam os discursos e reproduzem as instituições simultaneamente (muito próximo ao nosso objeto de investigação).

A aplicação, sobretudo do pragmatismo, que realiza Bruhn Jensen e sua lucidez nas tipologias metodológicas e epistemológicas que traça para a semiose encontra-se entre as mais próximas que temos analisado para o estudo de gênero na imigração. Não podemos omitir que seus modelos são facilmente aplicáveis e observáveis em estudos já realizados. Todavia, os modelos semióticos continuam fechados dentro de paradigmas humanos ou midiáticos. Basicamente, um paradigma humano em nosso caso funciona mediante a oposição aos valores: ego/alteridade; inclusão/exclusão; local/global; experiência/mediação; pureza/hibridação; individual/coletivo; concreto/universal e ideológico/religioso. No paradigma midiático, alguns valores fundamentais que poderíamos citar: visibilidade/invisibilidade; persuasão/sedução; privado/público; espetaculosidade/realismo; identidade/colonização, etc.

Frente à falta de uma epistemologia concreta das pesquisas de gênero na imigração, aceitaremos posicionamentos errados em relação à cientificidade da nossa tarefa. Acontece quando a sociologia marxista estuda o caso da prostituição, a carência do feminismo de referências epistêmicas lhe obriga a aceitar qualquer semiose social que explique e responda ao fenômeno sem reparar nas conseqüências, na sua casuística, no conhecimento da sua complexidade. De modo que a posição marxista marca no final, no caso da prostituição, conflitos de identidade e domínio. Para Nash e Marre, o problema epistêmico também se amplia para as conceitualizações (como o público e o privado) que são próprias da nossa cultura e a seus limites e alcance pouco nítido fora dela. Coincidindo plenamente com elas, o gênero na interculturalidade tem suposto uma sucessão de quedas em modelos dogmáticos. Além disso reconhecem que a aceitação de determinada epistemologia envolve a contribuição de uma diversidade de valores.

Por isso, *uma epistemologia feminista requer da relativização da razão, já que apóia a diferentes experiências que dão lugar a diferentes conhecimentos*. Por outro lado, Haraway admite uma objetividade feminista que não deveria ser distinta de qualquer outra objetividade, já que realmente é um conhecimento posicionado, ou seja, um conhecimento que não pretende ser

universal, mas que *reconhece explicitamente sua gênese num ponto da estrutura social num tempo determinado*². O estudo de gênero na imigração é contemplado por uma extensa maioria da comunidade científica num paradigma epistêmico cujas categorias centrais são a diversidade, o multiculturalismo, a educação bicultural, o pluralismo cultural, a assimilação cultural, a construção de identidades, a transformação cultural, a conscientização da diferença, a interculturalidade, a assimilação cultural, a conscientização da diferença, a transformação cultural e a construção de identidades.



Observando este gráfico, verificaremos que o gênero é aqui uma categoria analítica transversal; isto quer dizer que se pode partir de uma biologia sexual diferente, os estudos focam principalmente a semiose social, ou se preferirmos, a representação social desta diferença. Se atendermos a nossa subdivisão sistêmica inicial da questão, veremos que a construção social da realidade tem dois agentes centrais: o sistema humano formado pelas políticas e as condições fundamentalmente sócio-econômicas e o sistema midiático formado pela espetaculosidade e fragmentação do fenômeno cultural, uma vez que o sistema sempre trabalha com categorias fenomênicas.

A aplicação do paradigma implanta forças baseadas em conceitos soberanos e sua relação (disjunção, conjunção, inclusão, exclusão, implicação, aplicação, explicação, etc) que controlam as teorias científicas e os conceitos que trabalham nele. Os paradigmas costumam ter tendência para a ordem procurando a complementaridade, mas na maioria das ocasiões, excluem a desordem e a posição antagonica. Eles não se definem como modelos caóticos nas ciências sociais (apenas no plano teórico têm sido reproduzidos pela teoria dos autômatos auto-reprodutores de Von Neumann, a teoria *Order from noise* de Von Foerster ou naqueles fenômenos que crescem em estado de turbulência ou caos como tem demonstrado Prigogine). Morim mantém que a ciência não pode

excluir a desordem das suas teorias, mas tratá-la. A imigração se observa principalmente sob a referência das seguintes teorias dominantes nas ciências sociais (Ribas Mateos, 2004:73-125):⁷

1. O **modelo de atração e repulsão** (*push-pull*). Ordena a migração através da enumeração de fatores econômicos de expulsão (seca, desemprego, escassez de terras, salários baixos, explosão demográfica) e dos fatores de atração que se reduzem às possibilidades de inserção no mercado de trabalho (Ravenstein, Lee).⁸

2. **Teorias da ação individual**. Ordena através de uma perspectiva que valoriza, sobretudo a conduta individual, que racionaliza uma maximização do benefício (George Borjas).⁹

3. **Teorias do capital social**. David Coleman remodelou o termo de capital cultural de Pierre Bourdieu e inventou a denominação de capital social para explicar a importância das realidades características da migração que compartilha com a estrutura social e sua possibilidade de articular ações dentro dela. É a capacidade dos indivíduos para a sobrevivência com escassos recursos e uma má preparação profissional, mas que conseguem superar organizando-se em redes ou estruturas sociais mais amplas (Coleman, Portes, Chiswick).¹⁰

4. **Teorias da mobilidade social** Ordena a migração através dos parâmetros que medem não a movimentação espacial, mas a movimentação dentro da estrutura social (através das gerações). A mobilidade social é analisada por meio da perspectiva intergeracional (na mesma fase migratória do imigrante) e a perspectiva intrageracional (no estudo da mobilidade de pai e filhos de imigrantes) (Tribalat, Portes, Zou, Touraine e Ragazzi).¹¹

5. A **perspectiva histórico-estrutural**. Ordena as movimentações da população considerando a história das transformações que experimenta uma formação social dada. Baseia-se no materialismo histórico de Marx e a análise utiliza os estudos sobre o câmbio social que se deduz da pressão interna e externa dos movimentos migratórios na economia nacional e internacional (Piore. Massey).¹²

6. O modelo **centro-periferia**. Baseado no esquema marxista-estruturalista ordena a partir de uma perspectiva global as movimentações migratórias em função da expansão do centro e o detrimento da periferia (Spencer, Weber, Tönnies e Simmel).

7. O modelo das **cidades globais**. Ordena a análise a partir da inserção dos imigrantes nas estruturas do mundo do trabalho vinculada à hiperurbanização das grandes cidades. (New York, Tóquio, Londres, Hong Kong, São Paulo, Miami) (Sassen Portes).¹³

8. **Teorias da polarização.** Ordena a imigração numa estrutura de emprego polarizada dirigida a um setor secundário que exige menos formação, menos capacidade de ascensão e piores condições de trabalho (Sassen).

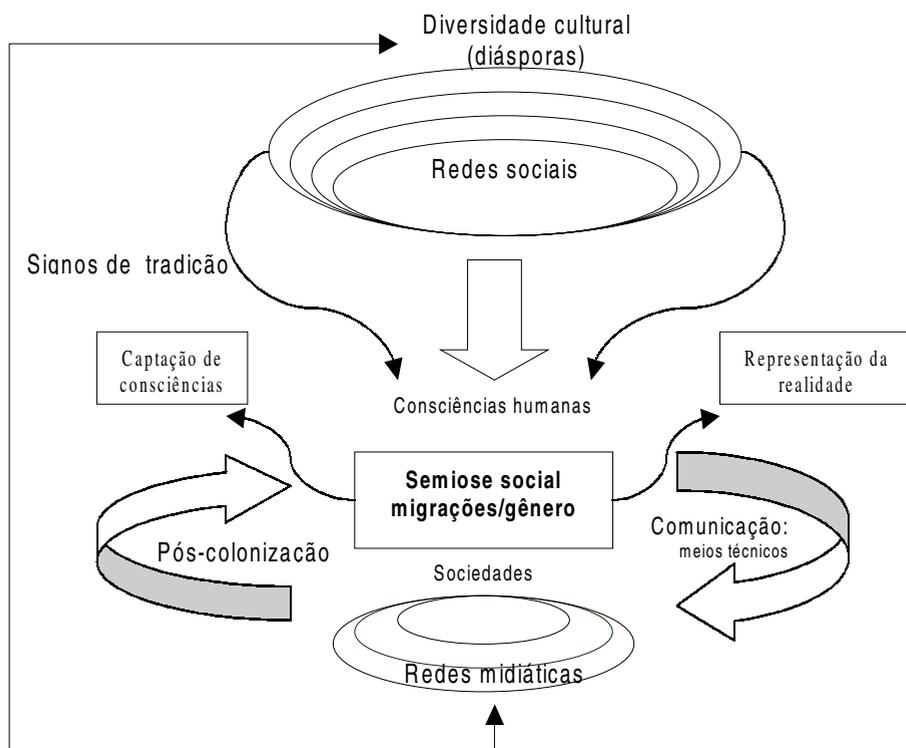
Os modelos teóricos acima, como muitas outras tipologias, não aparecem com seus limites definidos, pelo contrário, é patente neles a contaminação de um com outro (por exemplo, o modelo das cidades globais com as teorias da polarização que realiza Sassen) ou a influência de outras teorias organizadoras como a teoria da dependência, a teoria da neocolonização, os estudos de força “centro-periferia”, as teorias econômicas do mercado dual de trabalho, as teorias de acumulação global e as mais importantes: as teorias das redes sociais.

Apresentados os principais modelos teóricos (omitimos os modelos europeus de inserção com um forte conteúdo político e ideológico), o mais destacável é o divórcio da semiose social que realiza a ciência (sociologia) dos processos semióticos midiáticos: dito de outro modo, os meios massivos não ordenam epistemicamente o fenômeno migratório como os fatores sociais, psíquicos, políticos ou econômicos. Esta carência de complexidade que, no entanto, é capaz de ordenar teoricamente o fenômeno migratório não se contempla à inversa, sendo as incipientes teorias da comunicação as que incluem as dimensões próprias de uma semiose social, mas com escassa repercussão sobre os modelos de inserção, já que basicamente são modelos gerativos, que finalmente predefinem a configuração dos elementos do significado, em particular do ponto de vista dos gêneros padronizados e formas discursivas parecidas. O propósito analítico é identificar os elementos constitutivos ou unidades de significado interpretando cada um com referência ao seu contexto de uso social e também discursivo (a análise do discurso midiático, os estudos em economia política, a semiótica clássica, os modelos teóricos dos efeitos midiáticos, os estudos críticos da indústria cultural, a contemplação social da modernização, o imperialismo cultural etc.).

Appadurai se aproxima de uma noção mais completa a partir de uma semiose global do fenômeno que ele descreve por meio da idéia dos fluxos globais. Arjun Appadurai insiste nas desuniões entre os diferentes fluxos de influência cultural. As cinco dimensões diferentes do fluxo cultural global que ele identifica são: *ethnoscapes* (paisagens etnográficas), *mediascapes* (paisagens midiáticas), *technoscapes* (paisagens tecnológicas), *financescapes* (paisagens financeiras) e *ideoscapes* (paisagens de idéias). “O sufixo *scape* nos permite centrarmos nas formas irregulares, emanadas das paisagens (*landscapes*), formas que caracterizam o capital internacional de uma maneira tão significativa como os estilos de moda internacional. (...) Dessa forma, estas paisagens são um bloco para a construção

do que eu gostaria de denominar (na linha de Benedict Anderson) mundos imaginados, ou seja, os numerosos mundos que estão constituídos por imaginações com localização histórica de pessoas e grupos repartidos por todo o mundo” (Appadurai, 1996:33). Por isso, embora o objeto central do estudo seja o fluxo internacional, as paisagens (*lands*)scapes de Appadurai também parecem apresentar a idéia de semiose global através de uma análise de zonas, espaços ou esferas.

Assim ficaria aproximadamente o modelo epistêmico de estudo da imigração/gênero que nós vislumbramos para explicar o fenômeno:



Modelo de semiose social em rede do fenômeno de migração.

Neste gráfico indicamos como princípio de alimentação do pluribucle a diferença da categoria do imigrante que se distancia do grupo étnico o qual reúne uma série de propriedades imaginárias que se mantêm na sociedade contemporânea tanto em contextos pós-coloniais quanto nos antigos contextos coloniais. Essas diferenças atributivas parecem desaparecer em virtude de outras diferenças adquiridas. Para efeitos analíticos enumeramos outras qualidades de diferenciação do imigrante: a infra-classe (muito próxima ao conflito de gênero)

a exclusão social e a integração, a territorialização e a reterritorialização dos indivíduos entre Estados-nação, racismo biológico, racismo cultural ou xenofobia.¹⁴

Por outro lado, a semiose midiática, embora utilize suas próprias categorias analíticas devemos integrá-la numa rede constitutiva de um sistema superior que é a própria sociedade: a hibridação, a creolização, *scapes*, cosmopolitismo, *gêneros difusos*, interjogo cultural, colonização, mundialização, diásporas, fronteiras, zonas de contato (turismo), migração (deslocamentos culturais), transculturalidade e o tempo de *in-between*.¹⁵

Todas estas categorias correspondem a processos mais do que a conceitos, quer dizer, correspondem à não estabilidade, à contínua dialética que surge entre a ordem e a desordem, ou se preferirmos, à vontade pragmática de não acreditar numa verdade absoluta; o pensamento é uma adaptação constante às circunstâncias, à propensão das coisas. Além disso, a organização da realidade associada ao conceito de rede complica ainda mais o contexto cultural da imigração/gênero. O conhecimento do objeto de investigação partiria da organização em rede entendida como García Gutiérrez definiu (2002:216): “sistema aberto, quer dizer, auto-ecoorganizado, o que significa criar protótipos que se auto-representam e atualizam: sistemas de representação do conhecimento vivos, sensibilizados com outras culturas, interativos, auto-ecorregulados como o conhecimento mesmo; sistemas recondutores da entropia, que na rede se traduz como saturação de informação por sobrecarga do sistema, por meio de procedimentos de medição das redundâncias e de outras causas de obsolescência do conhecimento junto a dispositivos lógico-semânticos de associação intratextual – entre os fragmentos que geram o hipertexto – e de articulação entre esses fragmentos, seus contextos para resgatar os sentidos que o próprio hipertexto-solução descompõe, e os usuários”. A complexidade de Luhman, Morim, Maturana e Varela é uma alternativa às ciências sociais dominadas pela tradição de Kant, Hegel, Husserl, Weber ou Marx como costuma se observar no marco dos estudos culturais. O modelo luhmaniano – crítico com a tradição da sociologia clássica (Habermas) – é considerado simplesmente como uma teoria da sociedade que resume Marx e Weber com o intuito de recuperar a razão ilustrada e a moral kantiana.

O estudo da sociedade contemporânea nas redes sociais pode ser abrangido desde o pensamento complexo que se realiza num contexto no qual convergem as teorias dos sistemas, a cibernética, a teoria da organização, a teoria da decisão, a teoria da modalidade e da contingência, a teoria da comunicação e

a teoria da evolução. A aproximação epistêmica entre a semiótica e as estratégias e traços da complexidade surgem rapidamente da necessidade de compor a sociedade a partir das comunicações: os sistemas sociais são comunicações especializadas. Frente ao predomínio de qualquer determinismo mecânico, impõe-se a presença de múltiplas alternativas, longe agora do lastro ético das teorias kantianas e neokantianas que permitem ver a sociedade independente do homem do ponto de vista da auto-referência e a reflexividade. Desse modo, em volta do estudo semiótico de gênero e migração na rede, estruturam-se duas questões centrais: complexidade e contingência.

Essas questões destacam a natureza relacional, como representamos nos gráficos anteriores. O grau de complexidade aumenta à medida que consideramos mais relações. O meio relacional no qual se desenvolve o estudo social nos indica que o meio pode ser, de muitas formas através da relação, a possibilidade de referência e a contingência que expressa a modalidade. Uma natureza relacional é aberta e pode se manifestar em múltiplas alternativas. É por isso que precisamos de um método de análise dessas relações que encontramos na teoria dos sistemas; mas também um método que nos permita reduzir essa complexidade para ter um modo de nos aproximarmos. Esta aproximação é lograda por meio da capacidade de eleição e seleção entre as diversas alternativas e também a partir de todas as possibilidades que achamos de conexão.

Finalmente, para estabelecermos o nosso objeto de investigação no marco sistêmico-semiótico é necessário considerar a necessidade de diferenciação que instalamos, tomando como ponto de partida as diferenças entre os elementos que o compõem (os quais mantêm um conjunto de relações diferentes e complexas entre si) e a diferença entre o sistema e entorno. Também, como quisemos mostrar nestas linhas, o sistema, para ser mais funcional, precisa de limites internos para os quais vai dar lugar aos subsistemas que permitem aumentar a capacidade de seleção e eficácia do mesmo. “Cada sistema diferenciado pode manter três níveis de relação distintos: 1) a relação com o sistema do qual procedem e que vem, dado pela função a qual está ordenado o sistema original; 2) a relação de um subsistema com outros subsistemas dentro de um mesmo sistema; 3) a relação do subsistema com ele próprio, que é sempre um relacionamento reflexivo, fundamental na teoria dos sistemas auto-referenciais” (Izuzquiza 1990:169). Também não podemos esquecer que o sistema utiliza três tipos de diferenciação (sistêmica, funcional e dinâmica) os quais lograrão que os processos que compõem a semiose social e a semiose midiática se adaptem como sistemas distintos e cumpram funções distintas gerando a um tempo subsistemas que cumpram com

funções específicas (diferenciação dinâmica); e finalmente que o sistema possa estabelecer limites internos de modo que haja uma diferenciação dinâmica desde o interior com a última finalidade de construir um marco epistêmico sólido para os estudos sociais da imigração e o gênero na rede.

FERNANDO R. CONTRERAS é professor e pesquisador do Grupo de Investigação em Cultura e Comunicação da Universidade de Sevilla, Espanha.

NOTAS

1. Nota do tradutor. Respeitamos o termo *bucle* (cacho de cabelo).

2. Também é necessário diferenciar que entendemos a semiose social distinta à semiose midiática sob matizações sistêmicas como referência gráfica. Em inglês seria um *loop*.

3. O sistema humano é um sistema biológico que é diferenciado entre outras razões pela sua composição em genoestruturas, ao contrário do sistema midiático, que é um sistema técnico. Poderíamos dizer que a cultura no sistema humano e a cultura no sistema midiático são diferenciadas pela oposição à natureza; um sistema é capaz de conter tudo que não é inato geneticamente, tudo aquilo que não está organizado de forma espontânea (naturalmente) – estamos utilizando palavras de Morim –, falsamente se, como a antropologia cultural faz, a cultura exclui tudo aquilo sobre o qual é construído (a aquisição organizativa não inata).

4. “Os modelos deterministas, em primeiro lugar assumem que os seus elementos estão unidos por relações universais de causalidade. Como se estivessem tipificados pelas leis da natureza.

Os modelos não deterministas sustentam que os agentes sociais são indivíduos livres, que se relacionam com relativa autonomia de acordo com sua interpretação específica da realidade social.

Os modelos gerativos ou estocásticos são centrais para a ciência social, mesmo que os últimos predominem. O princípio mais importante de um modelo estocástico é que se refere à possível construção, na qual uma seqüência de acontecimentos condutores acontecem no tempo, e a eles são designadas probabilidades para a incidência conjunta de tais acontecimentos. É possível dizer que as pesquisas de opinião sobre políticos aproveitam os significados que possivelmente orientam o comportamento do eleitorado nas votações. Os modelos estocásticos, em conseqüência, predefinem o possível inventário de variáveis, valores e correlações e predizem sua configuração real. Um modelo gerativo, finalmente predefine a configuração dos elementos do significado, em particular, do ponto de vista dos gêneros padronizados e formas discursivas parecidas. O propósito analítico é identificar os elementos constitutivos ou unidades de significado interpretando cada um deles com referência a seu contexto de uso social e também discursivo (Bruhn Jensen, 1995: 88-89).

5. “Não é de se estranhar que a maioria dos estudos até épocas muito recentes trouxesse certas conceitualizações prévias, que tinham tendência a considerar as trabalhadoras sexuais como vítimas sociais sem capacidade de decisão. Isto deve-se ao feminismo ter como ponto de partida a mesma ambigüidade de todos os movimentos contestadores: reivindicar um setor social que padece opressão, e ao mesmo tempo, criticar globalmente as práticas concretas do setor reivindicado, as mesmas que configuram a sua identidade como cúmplices da opressão que padecem, ou ao menos não suficientemente eficazes para revertê-la. Isto o leva com freqüência – e os movimentos de esquerda de um modo geral – a um certo didatismo, a partir do

qual se destaca às discriminadas (ou discriminados) as condutas apropriadas, e inclusive se marcam os parâmetros das opções de identidade corretas.

Dependência emocional, imaturidade, insegurança e conservadorismo, são condições psíquicas universalmente atribuídas aos setores subordinados, e tem tendência a fazer com que recaia nas vítimas a responsabilidade da sua situação desfavorável. Por conseguinte, são argumentos legitimadores da assimetria e não uma descrição das características próprias de seus atores. No caso das prostitutas, os estereótipos que se utilizam para todas as mulheres são exagerados. Na medida em que constituem o extremo desvalorizado do modelo de ser mulher, carregam todos os preconceitos, a partir dos quais a mulher é desvalorizada, inclusive os interiorizados e que não se vêem como tais, porque não se manifestam agressivamente mas como protecionismo” (Nash / Marre, 2001:106).

6. “Isto implica, por uma parte, compromisso ou responsabilidade sobre o conhecimento que se gera, situação da investigação com respeito aos distintos setores sociais e fracionamento das análises para determinar os limites da sua pertinência. Para este último ponto têm contribuído os estudos antropológicos, já que mostram as diferentes concreções das categorias presumivelmente universais” (Nash / Marre, 2001:107).

7. Ribas Mateos destaca a divisão de dois blocos formados pelos modelos teóricos sobre imigração e os novos modelos de inserção na Europa.

8. É possível completar esta bibliografia em Ribas Mateos (2004), da qual extraímos as seguintes referências aos modelos teóricos:

Revenstein, E.G. (1998): “The Laws of Migrations”, *Journal of the Royal Statistical Society*, 2ª parte, junho, p. 167-227, 240-301.

9. Borjas, G. (1993): *Friend of Strangers. The Impact of immigrants on the US Economy*, Basic Books, Washington.

10. Chiswick, B. (1990): “L’immigration et l’Economie des Etats-Unis”, *Revue Européene des Migrations Internationales*, vol.6 (1), Paris, p.59-70.

Coleman, J. (1988): “Social capital In the creation of human capital”, *American Journal of Sociology*, 94, p. 95-121.

11. Portes, A. / Zou, M. (1993): “The new Second Generation: Segmented Assimilation and its Variants among Post-1965 Immigrant Youth”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 530, p.74-98.

Tribalat, M. (1991): *Cent ans d’immigration étrangère*, PUF, Paris.

12. Piore (1979): *Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies*, Cambridge University Press, Cambridge.

13. Sassen, S. (1994): *Cities in a world economy. Sociology of a new century*, Pine Forge Press, Thousand Oaks.

14. “O conceito de xenofobia se fundamenta na interiorização, na hostilidade e na rejeição da miscigenação dentro de uma diferença radicalizada pela referência a uma natureza biológica e hereditária” (Ribas Mateos, 2004:211).

15. Veja-se sobre a definição desses conceitos o texto de Rico Lie (2002).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANG, I. (1998): “Doing Cultural Studies at the Crossroads. Local / Global Negotiations”, en *European Journal of Cultural Studies*, 1(1):13-31.

APPADURAI, A. (1996): “Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy”, in *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis, University of Minnesota Press, p. 27-47.

ASHCROFT, B. / Griffiths, G. / Tiffin, H. (1998): *Key Concepts in Post-Colonial Studies*, London, Routledge.

BEAUVOIR, Simone de (1949): *El segundo sexo*, Tomos I, II, Madrid, Cátedra, 2003.

BHABHA, H.K. (1994): *The Location of Culture*, London, Routledge.

BRUHN JENSEN, K. (1997): *La semiótica social de la comunicación de masas*, Barcelona, Bosch, 1995.

CARRAGEE, K.M. (1990): “Interpretive Media Study and Interpretive Social Science”, *Critical Studies in Mass Communication*, 7(2):81-96.

CHECA, F. (ed.)(2002): *Las migraciones a debate. De las teorías a las prácticas sociales*, Icaria, Barcelona.

CLIFFORD, J. (1997): “Diaspora”, in Guibernau, M. / Rex, J. (eds.): *The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Cambridge, Polity Press, p. 283-290.

DABAS, E. / Najmanovich, D. (comps.)(1995): *Redes. El lenguaje de los vínculos*, Buenos Aires, Paidós.

FABREGAT, C. (1984): *Estado, etnicidad y biculturalismo*, Barcelona, Península.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. (2002): *La memoria subrogada*, Granada, Editorial Universidad de Granada.

HALL, E. (1977): *Beyond culture*, New York, Anchor.

HARAWAY, D. (1991): *Ciencia, cyborg y mujeres. La reinención de la naturaleza*, Madrid, Cátedra, 1995

IZUZQUIZA, I. (1990): *La sociedad sin hombres. Niklas Luhmann o la teoría como escándalo*, Barcelona, Anthropos.

LIE, R. (2002): *Spaces of Intercultural Communication. An Interdisciplinary Introduction to Communication, Culture and Globalizing/Localizing Identities* (en prensa en la serie de la Asociación Internacional de Estudios en Comunicación Social (AIECS), Hampton Press).

- LUHMANN, N. (1977): *Complejidad y modernidad. De la unidad a la diferencia*, Madrid, Trotta, 1998.
- LUHMANN, N. (1984a): *Sociedad y sistema: la ambición de la teoría*, Barcelona, Ediciones 62, 1985.
- LUHMANN, N. (1984b): *Sistemas sociales. Lineamientos para una teoría general*, Barcelona, Anthrophos, 1991.
- MORIN, E. (1995): *Sociología*, Madrid, Tecnos, 2000.
- MORIN, E. (1999): *La mente bien ordenada*, Barcelona, Seix Barral, 2002.
- NASH, M./Marre, D. (2001): *Multiculturalismo y género*, Barcelona, Bellaterra.
- SHIELDS, R. (1991): *Places on the Margin. Alternative Geographies of Modernity*, London, Routledge.
- SHORT, J.R. / Kim, Y.-H. (1999): *Globalization and the City*, Essex, Addison Wesley, Longman.
- SUDJIC, D. (1992): *The 100 Mile City*, London, Andre Deutsch.
- TOMLISON, J. (1999): *Globalization and Culture*, Cambridge, Polity Press.
- TURNER, V.W. (1982): *From Ritual to Theatre. The Human Seriousness of Play*, New York, Performing Arts Journal Publications.
- TURNER, V.W. (1979): *Process, Performance and Pilgrimage; A Study in Comparative Symbolology*, New Delhi, Concept Publishing Company.
- TURNER, V.W. (1974): *Dramas, Fields, and Metaphors. Symbolic Action in Human Society*, Ithaca, Cornell University.
- TURNER, V.W. (1969): *The Ritual Process; Structure and Anti-structure*, Chicago, Aldine Publishing Company.
- URRY, J. (1995): *Consuming Places*, London, Routledge.
- RIBAS MATEOS, N. (2003): *Una invitación a la sociología de las migraciones*, Bellaterra, Barcelona.
- SAMOVAR, L/ Richard, P./ Nemi, J. (1981): *Understanding intercultural communication*, California, Wadsworth.
- WENGER, E. (2001): *Comunidades de práctica: aprendizaje, significado e identidad*, Barcelona, Paidós.